

Introdução

A reflexão sobre a cidadania no mundo contemporâneo é tarefa complexa diante da enorme diversidade de fatores que contribuem para seu desenvolvimento ou para sua estagnação. A luta pelos direitos humanos tem assumido um lugar cada vez mais central na agenda dos movimentos sociais, diagnosticando a permanente lacuna que se impõe diante dos objetivos de ampliação da igualdade social em todo o mundo. Seja pelos constrangimentos ditados pelos interesses econômicos do sistema de mercado sobre a manutenção do papel do Estado enquanto provedor dos serviços sociais básicos, seja pela incapacidade dos governos nacionais em priorizar as políticas sociais universais, o tema da igualdade social permanece restrito ao campo do devir. Afinal, numa sociedade competitiva regulada pelos poderes econômicos, desigualdades sociais históricas continuam a exercer sobre a maioria da população mundial seus efeitos precarizantes.

Assim, em oposição a esta tendência, vem se intensificando o crescimento de novas formas associativas dentro de uma sociedade civil organizada desde o nível local até o global. Suas práticas e seus valores convergem em torno da construção de um desenvolvimento social alternativo ao modelo capitalista hegemônico, entendido por estes atores como um modelo insustentável, incapaz de promover a igualdade social e responsável por injustiças sociais de todos os tipos. O século XXI se inicia, portanto, colorido por uma efervescência de fóruns sociais constituídos por redes de movimentos sociais e organizações da sociedade civil que trabalham na direção de não permitir que a aparente vitória do “pensamento único” se imponha diante das utopias renovadoras que almejam caminhos diferentes de organização das sociedades. A criação, em 2001, do Fórum Social Mundial representa, entre outras coisas, a radicalização deste movimento global contra uma globalização injusta, excludente e insustentável que o modelo capitalista hegemônico vem desempenhando no cenário social planetário.

Neste sentido, o presente estudo visa compreender o atual campo de ação da sociedade civil mundial segundo o percurso que os mais proeminentes movimentos e organizações sociais vêm priorizando em suas demandas apresentadas em um local consagrado de articulação das questões sociais que vem se constituindo o Fórum Social Mundial. Entende-se, assim, que, de todas as demandas ali manifestadas, a luta pela cidadania representa um importante pilar de convergência entre os inúmeros tipos de reivindicações oriundas dos mais variados atores sociais, significando, desta forma, uma agenda compartilhada de questões sociais. O tema da cidadania, desta forma, torna-se de extrema relevância no contexto social atual, de maneira que a compreensão sobre seus significados e sobre seu desenvolvimento histórico ganha uma importância renovada para a sociologia dos movimentos sociais contemporâneos e para a análise sobre as novas propostas societárias que surgem desta fértil movimentação.

Parte-se da hipótese, portanto, que a atual dificuldade em promover a cidadania, em seu sentido pleno, advém do fato de seu desenvolvimento ter apresentado historicamente impasses cruciais durante todo o período de nascimento, crescimento e consolidação de seus valores e suas práticas mais fundamentais. Tais impasses giraram em torno do embate permanente entre a priorização política da liberdade ou da igualdade entre os indivíduos, mostrando-se insolúveis durante boa parte da trajetória dos últimos cinco séculos. Torna-se imprescindível, portanto, perceber que tais valores tantas vezes conflitantes possuem a mesma origem histórica datada do período revolucionário que culminou na total redefinição da sociedade feudal e absolutista dando lugar à sociedade moderna. Seu nascedouro, neste sentido, aponta uma paternidade comum que evidencia a possibilidade de convivência recíproca entre liberdade e igualdade, porém repleta de nuances que este trabalho se esforçará em sublinhar. De toda forma, é justamente a possibilidade de solucionar esta histórica oposição – visando proporcionar a convivência harmônica entre a liberdade individual e a igualdade entre os indivíduos – que tem sido buscada pelos mais contemporâneos movimentos sociais durante sua prática experimental de organização democrática participativa, comunitária e cooperativa, no interior da propícia esfera pública oferecida pelos fóruns sociais e pelo campo de construção dos próprios movimentos sociais.

Assim, para desenvolver este argumento, o presente trabalho contará com dois momentos de análise. Em primeiro lugar, será realizada uma reflexão teórica sobre os principais conceitos utilizados pela sociologia dos movimentos sociais para o debate sobre o papel destes atores na consolidação da cidadania moderna. Em segundo lugar, será apresentado um estudo de caso sobre o processo do Fórum Social Mundial desde sua criação em 2001 até o atual estado de sua ação, em 2011, completando onze anos de um longo percurso na direção da consolidação de alternativas viáveis ao modelo de desenvolvimento hegemônico neoliberal. A escolha deste objeto de estudo faz sentido na medida em que este fato / evento social representa, internacionalmente, um momento decisivo de fortalecimento da sociedade civil mundial enquanto um ator motivado à transformação de inúmeros aspectos da sociedade contemporânea.

Em relação ao estudo teórico, far-se-á necessário, desta forma, remontar ao período de construção ontológica dos valores constitutivos das sociedades modernas que ousaram romper com as estruturas tradicionais de sua época segundo a utopia societária de relações sociais mais igualitárias e favoráveis ao exercício da liberdade. O primeiro capítulo deste trabalho, assim, será dedicado a recuperar o “espírito de uma época”, lançando o olhar sobre as características principais deste momento histórico responsáveis por fundar o individualismo moderno e seus pressupostos existenciais. O status de cidadão, inaugurado desde a época clássica entre os homens livres das cidades gregas e romanas, ressurge com o advento da moderna civilização ocidental munido de formas próprias ao processo revolucionário que transformou as estruturas e os valores constitutivos do novo mundo que se iniciava. Suas premissas e seus objetivos, portanto, recebem deste período histórico a influência direta das transformações em curso, seja no plano ontológico como nos planos político e social, exaltando o indivíduo como sujeito de direitos e núcleo definidor das instituições modernas por meio do estabelecimento racional de um contrato social que organiza a vida coletiva. Têm destaque, neste sentido, a centralidade que tanto o valor da liberdade quanto o da igualdade adquirem como as novas grandes bandeiras do mundo moderno. A tensa convivência entre elas, entretanto, repercute a diferença de significados adquiridos durante o processo de desenvolvimento dos interesses e perspectivas em jogo para a configuração política dos sistemas sociais. A gradual separação entre liberdade e igualdade, neste sentido, radicaliza-se no século XX com a

oposição entre capitalismo e socialismo. A substituição desta oposição pela hegemonia de um modelo econômico neoliberal e globalizado a partir da década de 1990 representou a momentânea vitória da liberdade econômica como prática irrevogável e legitimada pelo valor da meritocracia.

Ainda no primeiro capítulo, os valores norteadores da revolução individualista serão analisados segundo sua aplicação política na conquista e normatização dos direitos civis, políticos e sociais no contexto inédito da recém moderna Inglaterra como um modelo teórico de desdobramento lógico dos direitos humanos. Da mesma forma, a noção de um caminho “evolutivo” trilhado no contexto inglês pela decorrência seqüencial dos diferentes tipos de direitos será analisada segundo a perspectiva das gerações de direitos, apontando um movimento crescente em direção à ampliação do conceito de cidadania para um modelo cada vez mais capaz de abranger novas demandas surgidas na sociedade. Assim, a idéia de “etapas da cidadania” adquire centralidade para esta análise, de forma a sistematizar um caminho de concretização dos direitos humanos relacionado ao potencial cívico experimentado nas sociedades modernas do Ocidente.

O segundo capítulo deste trabalho se dedica a explorar os conceitos de esfera pública e de sociedade civil entendidos como o espaço e o campo organizado de ação de grupos sociais orientados à conquista de direitos humanos. Percebe-se, neste sentido, que a reflexão sobre a natureza e as principais características destes conceitos auxilia a compreensão sobre a luta pela cidadania desde suas primeiras conquistas até os formatos atuais que ela vem assumindo. Em seguida, torna-se fundamental direcionar a análise para a situação específica de desenvolvimento da cidadania no Brasil de acordo com a reflexão teórica sobre formação da sociedade civil brasileira, levando em conta o caminho endógeno percorrido neste contexto. Afinal, é o Brasil o país no qual se dá a organização do primeiro Fórum Social Mundial e a isto se deve o fato dele ter sido idealizado por movimentos sociais brasileiros e por ter sido considerado por seus organizadores como um lugar com uma forte tradição em relação à organização da sociedade civil e que representa a condição de toda a América Latina – e demais países periféricos – diante das questões sociais mais urgentes no contexto global. Desta forma, a análise segue em direção à reflexão sobre o papel central dos movimentos sociais como instrumento histórico de transformação social,

assumindo perante os desafios do mundo contemporâneo um lugar estratégico de definição das políticas sociais necessárias à promoção da cidadania de caráter cada vez mais global. Nesta parte do trabalho serão apresentados, portanto, conceitos fundamentais para o entendimento sobre o desenvolvimento desta específica forma de ação coletiva – os movimentos sociais – atinando para suas características mais relevantes ao processo de construção de novos paradigmas e novas práticas sociais.

O terceiro capítulo apresentará um estudo de caso acerca do Fórum Social Mundial. Acredita-se que o período de mais de uma década de existência deste fenômeno social permite ao pesquisador buscar em sua história e memória uma série de informações pertinentes ao entendimento do que buscam os movimentos sociais no Brasil e no mundo. Apesar de o Fórum Social Mundial ter sido sediado no Brasil na maioria de suas edições, como seu próprio nome já afirma, ele é um evento sem fronteiras e se destina a propiciar um encontro aberto para todas as demandas que possam se organizar politicamente, em caráter mundial. Em sua *Carta de Princípios*, divulgada após a realização do primeiro Fórum em 2001, a seguinte afirmativa denota esta condição: “O Fórum Social Mundial é um processo de caráter mundial. Todos os encontros que se realizem como parte desse processo têm dimensão internacional” (Item 3, *Carta de Princípios*, 2001). Tal assertiva se faz de suma importância na medida em que a análise sobre este objeto possibilita um olhar amplificado sobre as demandas planetárias por “um outro mundo possível”. A utilização desta assertiva como *slogan* principal do Fórum Social Mundial significa justamente seu objetivo central, de forma que a tarefa deste capítulo será compreender as formas pelas quais este processo / movimento vem construindo novas práticas e novos valores na direção de tornar concretamente possível este “outro mundo”. Para isso, serão analisados: o histórico do processo Fórum Social Mundial assim como alguns dados relevantes sobre sua realização nas diferentes edições produzidos pelas pesquisas anuais sobre o Perfil dos Participantes no FSM (IBASE); a Carta de Princípios, documento definidor de suas premissas e objetivos que determinam suas opções metodológicas e seu funcionamento; e, por fim, o desenvolvimento temático de cada edição do Fórum, levando em conta as mudanças e / ou permanências temáticas mais relevantes ao entendimento da evolução deste

processo assim como das demandas organizadas pelos seus movimentos sociais que o integram.

Como conclusão, este trabalho apontará a atual configuração de uma sociedade civil mundial por meio da qual se estrutura cada vez mais fortemente o movimento social por uma outra globalização, de caráter internacional, composto por organizações sociais e redes de movimentos sociais de todo mundo, cujo poder de aglutinação das mais diversas demandas gira em torno do tema da construção de um desenvolvimento social alternativo, solidário e sustentável. Este movimento, segundo a perspectiva analítica apresentada pela ampla teoria utilizada neste trabalho, assume o significado de viabilizar a conciliação entre liberdade e igualdade segundo as novas práticas e novas relações sociais que suas ações experimentais na sociedade civil visam construir. Neste sentido, sua ação diante dos atuais dilemas do mundo contemporâneo adquire uma importância fundamental para a conquista efetiva da cidadania cada vez mais plena.